

**SEGMENTO SUPERMERCADISTA, REESTRUTURAÇÃO
COMERCIAL E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO**

***SUPERMARKET SEGMENT, COMMERCIAL RESTRUCTURING
AND INTENSIFICATION OF WORK***

Herodes Beserra Cavalcanti¹
herodes.cavalcanti@ig.com.br

RESUMO:

A abertura econômica e a popularização das ideias neoliberais nos anos 1990 repercutiram significativamente no segmento supermercadista brasileiro. Observa-se nesse momento um processo de reestruturação comercial. Esse foi marcado pelo aumento do número de falências e fusões de empresas e pelo uso intenso de novas tecnologias. Tal processo acompanhou as mudanças no horário de funcionamento dos supermercados e na organização da força de trabalho. Nota-se com isso um aumento na precarização do trabalho como constatado no caso do GPA.

PALAVRAS CHAVE: trabalho; precarização; automação; supermercado.

ABSTRACT:

The economic opening and the popularization of neoliberal ideas in the 1990s have affected significantly in the supermarket segment in Brazil. It is observed that when a business restructuring. This was marked by the increasing number of bankruptcies and mergers and the intensive use of new technologies. This process accompanied the changes in opening hours of supermarkets and the organization of the labor force. Note that with an increase in precarious labor as seen in the case of the GPA.

KEY WORDS: labor, precarious; automation; supermarket.

Introdução

A história dos supermercados no Brasil foi marcada por uma sucessão de aberturas, falências, arrendamentos, fusões e aquisições em anos de crise econômica, contudo, mesmo diante dessa constante, nos anos de 1980 e início dos anos 1990, época de altos índices inflacionários, esses processos foram acentuados.

¹ *Este artigo foi desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado “Automação comercial e intensificação do trabalho nos supermercados CompreBem e Pão de Açúcar na cidade de São Paulo” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP em 2011.

**Mestre em Geografia Humana pela USP. Professor de Geografia do Ensino Médio na ETEC Zona Sul da cidade de São Paulo - SP.

Desse modo, nos anos 1980, importantes redes supermercadistas que faziam parte do cenário brasileiro passaram deixaram de existir, por exemplo: Paes Mendonça, Bom Preço, Peralta, Barateiro, Sé, Casa da Banha, entre outras. As empresas que não chegaram a falir realizaram uma profunda reestruturação comercial, tal como a que ocorreu no Grupo Pão de Açúcar – GPA (CAVALCANTI, 2011).

A partir da segunda metade dos anos 1990 esse processo se intensifica em um panorama econômico marcado pela estabilização da inflação. Esta ocorreu durante a implantação do Plano Real em um cenário de avanço do neoliberalismo.

Sobre o neoliberalismo cabe destacar que ele se desenvolveu a partir do trabalho de pensadores de grande peso no cenário internacional dos quais se destacam: o filósofo político austríaco Friedrich Von Hayek e o economista estadunidense Milton Friedman. Esses autores ganharam respectivamente em 1974 e 1976 o Prêmio Nobel em economia. Suas ideias ganharam força no mundo a partir dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, ambos nos anos 1980 (HARVEY, 2008).

Os pilares do neoliberalismo sustentam-se na redução da intervenção estatal por meio da diminuição dos gastos dos setores públicos e através de privatizações de empresas estatais. A liberalização da economia e a revalorização da livre iniciativa privada, também são estimuladas no neoliberalismo (HARVEY, 2008).

O avanço do neoliberalismo no Brasil provocou diversos problemas socioeconômicos como o aumento do desemprego, do endividamento externo, das falências e da dependência econômica do país em relação ao capital externo. Esse processo ocorreu em um contexto de substituição do paradigma de produção fordista-taylorista que estava assentado no trabalho parcelar e na produção em série. Esse paradigma foi substituído pelo toyotista que se baseia na produção e trabalho flexível (BENKO, 1999).

Entre as consequências desse processo para o segmento supermercadista destaca-se que a crescente abertura da economia brasileira favoreceu a ampliação dos negócios de grandes grupos estrangeiros, já instalados no país, como no caso do Carrefour (francês), e a entrada de novos grupos a exemplo do Wal-Mart (estadunidense) e do Casino (francês), dentre outros.

Com o aumento da força dos grupos estrangeiros cresce a reestruturação comercial e a desnacionalização do segmento supermercadista brasileiro. Em 2011 as três maiores redes supermercadistas, GPA, Carrefour e Wal-Mart concentravam cerca de 47% das vendas do varejo alimentar brasileiro (REVISTA SUPERHIPER, 2012).

Acerca do processo de reestruturação comercial que ganhou força na segunda metade dos anos 1990 com a popularização do uso do código de barras e com o aperfeiçoamento da troca eletrônica de informações, ele por um lado garantiu o aumento de produtividade e competitividade para os supermercados e por outro favoreceu a intensificação e a precarização do trabalho.

Tendo em vista as transformações por que passa o segmento supermercadista brasileiro a partir dos anos 1990, esse artigo trata inicialmente do processo de reestruturação comercial e seu impacto na força de trabalho. Em seguida tratamos do desenvolvimento e crise do segmento supermercadista brasileiro a partir do Grupo Pão de Açúcar – GPA. A implementação do código de barras, a redução do número de postos de trabalho e a regulamentação do horário de funcionamento dos supermercados também são abordados.

Nesse estudo além da bibliografia pertinente ao tema, fazemos uso de dez entrevistas, sendo que seis dessas foram realizadas com operadores de supermercado. Esses trabalhadores atuam ou atuaram como operadores de caixa nas lojas do CompreBem e Pão de Açúcar (pertencentes ao GPA), localizados na Zona Sul da cidade de São Paulo. Três entrevistas foram realizadas com funcionários do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo – SECSP e uma com um assistente administrativo das lojas Pão de Açúcar.

As dez entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2010 e Janeiro de 2011, a partir de um roteiro de perguntas abertas previamente elaboradas. Esse material serviu de base para pesquisa de mestrado defendida pelo autor em 2011.

Reestruturação comercial

Hoje o processo de reestruturação comercial brasileiro encontra-se bastante avançado no segmento supermercadista. A utilização de novas ferramentas e equipamentos demonstra este fato. O código de barras, o *scanner*, a etiqueta eletrônica, o correio eletrônico, as impressoras de cheques, a esteira rolante de produtos, a balança eletrônica adaptada ao caixa, são algumas das muitas inovações que se encontram presentes em grande parte dos supermercados brasileiros (CARVALHO, 2006).

Dentro desse conjunto de transformações técnicas destaca-se a implementação de um padrão de organização das informações chamado de Transferência Eletrônica de Informação - EDI (*Electronic Data Interchange - EDI*), que ganhou forma no final dos anos

1990. O EDI consiste em ser uma plataforma utilizada para troca eletrônica de informações por meio de uma linguagem padronizada (ALMEIDA; EID, 2009).

Nas grandes redes supermercadistas, a implementação do EDI obedece a um padrão de eficiência norteado por um conjunto de estratégias conhecidas pelo nome de Resposta Eficiente ao Consumidor - ECR (*Efficient Consumer Response - ECR*) (SESSO FILHO, 2003).

No Brasil a ECR foi propagada por meio da ECR Brasil, associação de empresas do setor industrial e comercial criada em 1997 na cidade de São Paulo. Essa entidade surgiu com foco em divulgar práticas, conceitos e estratégias do ECR, visando reduzir custos de comercialização e ampliar a velocidade de circulação das mercadorias a partir da demanda criada, na procura e compra de produtos nos supermercados (ALMEIDA; EID, 2009).

Cabe destacar que a reestruturação comercial no Brasil foi impulsionada a partir da automação comercial. Esta ocorre inicialmente com a popularização e uso do código barras em meados dos anos 1990.

Calcula-se que no início dos anos 1990 somente 12 lojas do país possuíam leitores ópticos ou *scanner* e apenas cerca de 5.000 produtos já eram codificados. Em 1998 o número de lojas com leitores ópticos era de 8.000 e o de produtos codificados de 410.000 (REVISTA SUPERHIPER, ago. 1998, p. 74).

Os impactos da implementação do código de barras podem ser observados nas duas citações a seguir. A primeira refere-se à entrevista conferida à Revista SuperHiper em 1996, por Edson Tavares, gerente-geral do Supermercados Caetano, localizado em Valinhos – SP. A segunda pertence ao livro: O trabalho no supermercado, de 2003.

Hoje, a passagem da compra no caixa com um carrinho normal levando uma cesta básica leva de dois a três minutos, enquanto antes demorava entre cinco e seis minutos (REVISTA SUPERHIPER, set, 1996, p. 142).

As grandes redes, os hipermercados e boa parte das empresas médias estão ainda mais avançados, lançando mão de leitores ópticos, os scanners, que registram todas as informações sobre o produto contidas no código de barras. Com isso, o tempo gasto pelo operador de caixa em cada compra caiu praticamente pela metade (RATTO; LANDI, 2003, p. 82, grifo nosso).

A utilização do código de barras implicou ainda em mudanças na condução do trabalho. Tarefas de recebimento e conferência de produtos foram agilizadas, o que diminuiu o número de pessoas empregadas para cumpri-las. Um dos impactos mais visíveis dessas mudanças foi a eliminação da tarefa de remarcação, pois o produto já chega codificado na

loja, dispensando a necessidade de colocar a etiqueta de preço, logo o posto de remarcador foi eliminado.

Essas transformações vieram acompanhadas da crescente utilização de trabalhadores sob contrato de trabalho flexível, por exemplo, nos supermercados do GPA, destacando-se os operadores de supermercados. Nesse cargo não há a delimitação no contrato de trabalho das tarefas/atividades que serão executadas, desse modo, os operadores podem ser remanejados para executar tarefas desde a frente de caixa ao depósito de um supermercado.

A principal tarefa é registrar mercadoria no caixa. Mas quando há pouco movimento na loja nós também organizamos o estoque, arrumamos as prateleiras e limpamos o caixa e pegamos carrinhos fora da loja, no caso dos homens (Operador de supermercado do CompreBem).

O processo de reestruturação comercial analisado favoreceu tanto a automação comercial quanto a redução do número de empregos e a precarização do trabalho. Tal processo pode ser observado nas redes supermercadistas que possuem papel significativo no mercado atual como exemplo o GPA.

Desenvolvimento e crise no segmento supermercadista brasileiro: o caso do grupo pão de açúcar - gpa.

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), conhecida pelo nome fantasia de Grupo Pão de Açúcar - GPA iniciou suas atividades no setor supermercadista brasileiro em 1959, com a abertura da 1ª loja na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3138, na cidade de São Paulo. A iniciativa desse empreendimento deve-se ao imigrante português Valentin dos Santos Diniz, pai de Abílio Diniz, atualmente um dos principais acionistas do GPA (DINIZ, 1998).

Já nos anos 1960 o GPA inicia um planejamento de expansão. Este contou com a participação de Abílio Diniz e do economista Luiz Carlos Bresser Pereira. O plano teve como foco a abertura e a aquisição de lojas, a exemplo do supermercado Quiko, Tip Top e Sirva-se adquiridos durante os anos 1960 na cidade de São Paulo (DINIZ, 1998).

Nos anos 1970 ocorreram novas aquisições com destaque para os supermercados Peg-Pag, Superbom e Eletoradiobraz. Nesse momento o grupo passou a criar marcas

próprias de produtos e passou a diversificar seus formatos de lojas a partir da inauguração do hipermercado Jumbo no início dos anos 1970. Destacam-se também nesse período a abertura de lojas no exterior e a diversificação dos capitais do grupo (DINIZ, 1998).

O crescimento do GPA a partir de aquisições, abertura de novas lojas, no Brasil e exterior, e a diversificação dos negócios foram ascendentes até 1985. Neste ano o grupo contava com 50.400 funcionários e um total de 626 lojas distribuídas por 18 estados brasileiros e três continentes: América, Europa e África (DINIZ, 1998).

Na fase entre 1986 a 1995 o grupo passou por um período de crise que quase o levou à falência. Os fatores da crise estão relacionados ao período de instabilidade política do governo Collor que afetou em grande parte a economia brasileira. Além destes problemas podemos destacar a crise de sucessão familiar do grupo que chegou a ser discutida nos tribunais de justiça (DINIZ, 1998).

Observa-se também neste período uma contração dos negócios e dos patrimônios da empresa. No ano de 1992 o grupo tinha seu patrimônio reduzido a 262 lojas e 17.641 funcionários (DINIZ, 1998).

Cabe destacar que a retomada do crescimento do GPA foi acompanhada do fim da crise familiar e da chegada de Abílio Diniz à presidência do grupo como acionista majoritário. Estes fatores colaboraram para a retomada de crescimento do grupo que ocorreu a partir de um processo de reestruturação comercial. Essa reestruturação teve início no final dos anos 1980 e foi intensificado nos anos 1990, com o objetivo de sanar a crise do grupo (DINIZ, 1998).

Conforme Diniz (1998) a reestruturação comercial foi marcada pelo investimento em novas tecnologias da informação e por uma política de profissionalização de seu quadro de funcionários. Soma-se a esses fatores o corte de funcionários observado no ano de 1995, Gráfico 1.

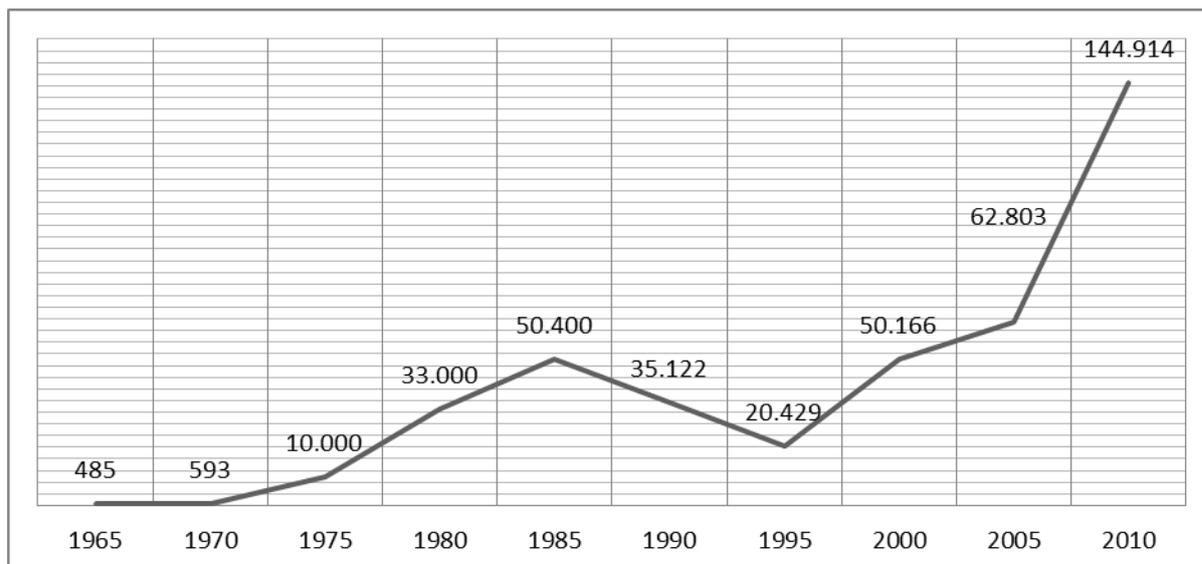


Gráfico 1- GPA, evolução do número de funcionários de 1965 a 2010.

Fonte: Diniz, 1998; GPA. Relatórios anuais;
Organização: Herodes Cavalcanti

Além da redução do número de postos de trabalho, com o objetivo de captar novos recursos para enfrentar a crise e voltar a crescer, o GPA, em 1995, realizou a abertura de seu capital, ao negociar ações nas bolsas de valores de São Paulo e Nova York. Esse processo se ampliou em 1999 por meio da compra de 24% das ações do GPA pelo francês Casino, que também atua no segmento supermercadista (DINIZ, 1998).

Segundo Diniz (1998), esse esforço do GPA promoveu sua retomada do crescimento a partir da segunda metade dos anos 1990, ampliando com isso o número de lojas, funcionários e parcerias. Nota-se com isso que o grupo reduz a estratégia de diversificação de seus negócios e passa a se concentrar no comércio varejista através de aquisições e da abertura de novas lojas (Tabela 1).

Tabela 1 - GPA, aquisições de 1999 a 2009.

| Redes | Nº. Lojas | Ano |
|--------------------------------------|------------------|------------|
| Peralta | 38 | 1999 |
| Paes Mendonça | 25 | 1999 |
| Mappin | 2 | 1999 |
| Shibata | 4 | 1999 |
| Supermercados Mogiano | 2 | 1999 |
| Cibus | 1 | 2000 |
| Ita | 1 | 2000 |
| São Luiz | 9 | 2000 |
| Boa Esperança | 6 | 2000 |
| Gepires | 2 | 2000 |
| Nagumo | 12 | 2000 |
| Parati | 11 | 2000 |
| Reimberg | 9 | 2000 |
| Rosado | 13 | 2000 |
| ABC Supermercados | 26 | 2001 |
| CompreBem (Reincorporação) | 12 | 2002 |
| Sé Supermercados | 60 | 2002 |
| Sendas (<i>Joint Venture</i>) | 68 | 2004 |
| Coopercitrus | 7 | 2005 |
| Assaí | 14 | 2008 |
| Ponto Frio | 455 | 2009 |
| Casas Bahia (<i>Joint Venture</i>) | 508 | 2009 |

Fonte: ABRAS, 2002; GPA, 2011. Organização: Herodes Cavalcanti

Durante sua retomada de crescimento, o GPA amplia sua parceria com o Grupo Casino. Este, em 2005, aumenta a compra de ações do GPA e passa a deter 50%. Com isso o Grupo Casino passou a dividir com o GPA sua administração por meio da *holding Wilkes*, criada em 2005 (GPA. RELATÓRIO ANUAL, 2009) .

Mudanças no funcionamento dos supermercados e a precarização do trabalho

Nos anos 1990, a reestruturação comercial nos supermercados foi acompanhada de mudanças no seu funcionamento e nas relações de trabalho. O funcionamento do comércio aos domingos e feriados e a regulamentação do banco de horas são alguns resultados dessas transformações.

Em 1997, por meio de Medida Provisória - MP de nº 15.39, o comércio supermercadista foi autorizado a funcionar nos domingos e feriados. Em 2000, essa MP foi reeditada na forma da Lei Federal nº 10.101, que em seu artigo 6º passou a autorizar o funcionamento do comércio em geral em feriados e regulamentou o funcionamento do

comércio aos domingos. Cabe destacar que a Lei mencionada atribui aos municípios o dever de regular esse funcionamento (DIEESE, 2007).

Na cidade de São Paulo a regulamentação do trabalho nos domingos e feriados ocorreu conforme autorização da prefeitura, que atribuiu ao sindicato representativo dos empregados, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, juntamente com o sindicato patronal, o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, do Estado de São Paulo – SINCOVAGA, o dever de decidir por meio de convenção coletiva de trabalho² sobre o funcionamento do trabalho em domingos e feriados.

Conforme a convenção coletiva de trabalho (2010-2011), em sua cláusula 40, o trabalho aos domingos pode ocorrer de duas maneiras, a primeira delas em sistema alternado (1X1), a cada domingo trabalhado segue um outro de descanso. Na segunda maneira a cada dois domingos trabalhados segue outro de descanso, nesse sistema (2X1) além da folga compensatória para cada domingo trabalhado o empregado fará jus anualmente a dois dias de folga a mais (SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO, 2011).

A respeito do trabalho em feriados, a convenção coletiva de trabalho de (2010-2011), cláusula 41, autoriza o trabalho nos feriados com exceção para os dias 25 de Dezembro (Natal) e 1º de Janeiro (Confraternização Universal). O trabalho nos demais feriados fica autorizado desde que seja cumprida a convenção coletiva de trabalho. Segundo o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, as principais regras que disciplinam o funcionamento do comércio nos feriados estabelecidos na convenção coletiva de trabalho são:

- a) A empresa deve comunicar ao sindicato patronal, com antecedência de 7 (sete) dias o feriado em que deseja trabalhar.
- b) O funcionário não é obrigado a trabalhar no feriado, porém, se for, deve manifestar sua vontade por escrito.
- c) As horas trabalhadas nos feriados devem ser pagas em dobro.
- d) As horas trabalhadas nos feriados não podem ser incluídas no sistema de banco de horas.
- e) O empregador deve garantir o ressarcimento das despesas com transporte, de ida e volta e fornecer refeição para o dia de trabalho.

² Cabe destacar que as convenções coletivas de trabalho são resultados de acordos de caráter normativo entre sindicatos dos empregadores e dos trabalhadores. No caso em estudo ela é realizada anualmente, entre os meses de novembro e dezembro (SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO, 2012).

Com o trabalho nos feriados e domingos, esses dias deixam de ser de lazer e descanso, ou seja, de reposição da força física e emocional do trabalhador para ser um dia de trabalho comum. O convívio com a família, filhos e amigos é em grande parte perdido, gerando casos frequentes de *stress* e depressão.

Referente ao trabalho nos feriados, dificilmente o trabalhador diz não para sua realização. Tal fato fica evidenciado pelo discurso de um advogado do sindicato dos comerciários de São Paulo, que atua no departamento jurídico, e de uma operadora de supermercado do CompreBem.

É, mas não é isso que ocorre ... A convenção diz que é negociada, mas a prática é outra. Se a empresa diz que ele tem que trabalhar ele não diz não. Essas irregularidades acontecem. (Advogado do Sindicato dos Comerciários de São Paulo).

Na maioria das vezes você é obrigado nesse dia [feriado]. Você ganha seu dia e mais uma folga. E por isso até as pessoas preferem trabalhar. As folga que você pega você só tira com as férias. Se você tiver 3 folga e tira 30 dias de férias você fica com 33 dias [de férias] por causa dos feriados que trabalhou (Operadora de supermercado do CompreBem).

Estes depoimentos mostram que o trabalhador se sente obrigado a trabalhar no feriado. Essa obrigação, provavelmente, decorre do medo de perda do emprego ou de uma represália por parte do patrão. A necessidade de aumentar seus rendimentos é outro fator que leva os trabalhadores a optar por trabalhar no feriado.

Ainda sobre o trabalho em feriado, estudo do DIEESE de 2004, focado no município de São Paulo que analisou 431 mil comerciários indica que:

Mais da metade do conjunto dos comerciários (56,1%) é contra o trabalho nos feriados, embora as retribuições legais sejam superiores às do trabalho aos domingos. Uma parcela de (28,1%) é a favor do trabalho nos feriados, (8,5%) consideram ser indiferente trabalhar nesses dias e (7,3%) condicionaram sua concordância ao feriado (DIEESE, 2007, p. 56).

A Lei Nº 9.601 de 1998 trouxe mais uma transformação nas relações de trabalho digna de nota. Ela autoriza a implantação do banco de horas a partir de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Com o banco de horas a jornada de trabalho de 8 horas diárias pode ser estendida para até 10 horas, gerando acúmulo de até 2 horas que serão compensadas em outro dia. Segundo Sindicato dos Comerciários de São Paulo, a partir da convenção coletiva de trabalho (2010-2011), cláusula 24, o banco de horas deve obedecer às seguintes regras:

- a) Manifestação da vontade por escrito por parte do empregado.
- b) As horas devem ser compensadas em até 180 dias e é proibido o acúmulo individual superior a 120 horas. As horas extras não compensadas no prazo previsto estão sujeitas a adicional de 60%.
- c) O empregador deve informar, até o 5º dia do mês subsequente trabalhado, os comprovantes individualizados em que conste o montante das horas extras trabalhadas.

A regulamentação do funcionamento do banco de horas pelo sindicato ajuda a combater irregularidades, porém, na prática não ocorre o respeito à vontade do trabalhador. O empregado, mesmo não querendo realizar horas extras sente-se coagido a cumprir com o objetivo de alcançar metas e não desagradar seus superiores.

Além disso, acerca do banco de horas, as compensações das horas excedentes ocorrem em dias de pouca atividade do comércio escolhidas pelo empregador e não pelo funcionário. Como indicam dois operadores de supermercado do CompreBem:

Não! Quando eles querem. Quando nós quer é um sufoco! Eu tenho que falar que vou no médico (Operadora de supermercado do CompreBem).

Eu fazia hora extra como a maioria do pessoal da loja sem ter que reclamar, a empresa coloca tudo no banco de horas, como a empresa não pode dar folga [no dia que o funcionário solicita] se não a loja fica desfalcada [...] (Operador de supermercado do CompreBem)

Dessa maneira o banco de horas acaba por favorecer à utilização flexível da mão-de-obra pelo empregador, principalmente nos períodos de alta de serviços. Com isso amplia-se a jornada do comerciário, sem a necessidade de pagamento de horas extras.

Nota-se que os trabalhadores sofrem de maneira negativa o impacto das mudanças na regulamentação do funcionamento do comércio e do banco de horas. Isso ocorre por conta das convenções coletivas de trabalho não refletirem necessariamente o interesse dos trabalhadores. O próprio descontentamento dos trabalhadores indica que, na disputa de interesses entre empregados e patrões, prevalece o interesse desse último grupo.

Segundo estudo do DIEESE produzido em 2004, nota-se uma preferência pelas horas extras pagas:

Ao serem perguntados sobre a retribuição das horas extraordinárias: 68,9% querem que sejam remuneradas; 19,0% gostariam que fossem em parte remuneradas; e em parte

compensadas com descanso; 9,5% ficariam satisfeitos se fossem compensadas com descanso e banco de horas (DIEESE, 2007, p. 50).

Ainda sobre o banco de horas, os depoimentos de operadores de supermercado do GPA demonstram a insatisfação em relação ao banco de horas.

É, dinheiro seria melhor, aí quanto mais a gente passou [trabalhou] a gente vai receber (Operador de supermercado do Pão de Açúcar).

Melhor receber horas extras, mas não tem lá [supermercado]. O único dia que recebo hora extra é no domingo e feriado. Fora disso é tudo banco de horas (Operadora de supermercado do CompreBem).

Cabe destacar que o trabalho aos domingos e feriados e o banco de horas favorecem o aumento da jornada de trabalho, conforme aponta estudos do DIEESE, realizados em 2004:

Os resultados confirmam as grandes jornadas para a categoria dos comerciários, uma vez que a jornada média de trabalho foi de 48 horas semanais. Além disso, quando se observa a metade dos trabalhadores que tem jornadas mais extensas, verifica-se que a jornada média é de 56 horas semanais, o que equivale, em 6 dias, à jornada diária de nove horas e vinte minutos (DIEESE, 2007, p. 49).

Desse modo a elaboração de leis que regulamentam o trabalho aos domingos e feriados e o banco de horas acabou por favorecer uma maior intensificação do trabalho, que ocorre sem reflexos significativos no aumento de salário. Por exemplo, o salário-base do comerciário fixado pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo com base na convenção coletiva de 2011/2012 era de R\$ 853,00, pouco mais que um salário mínimo.

Os baixos salários dos comerciários em geral, na cidade de São Paulo, ajudam a compreender os elevados índices de rotatividade (*turn-over*) no segmento supermercadista. Há casos em que mais da metade dos funcionários são substituídos em um ano. Em 2008 e 2009, a variação do número de admitidos e desligados reflete essa situação como é possível observar na Tabela 2.

**Tabela 2 - Saldo de emprego do setor supermercadista.
Cidade de São Paulo de 2008 a 2009.**

| Período | Admitidos | Desligados | Saldo |
|----------------|------------------|-------------------|--------------|
| 2008 | 49.705 | 42.852 | 6.853 |
| 2009 | 49.192 | 44.151 | 5.041 |
| Total | 98.897 | 87.003 | 11.894 |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. DIEESE, 2010, p.10

A alta rotatividade de trabalhadores se relaciona aos baixos salários e também às “[...] más condições de trabalho, eventuais maus tratos da chefia ou de suas lideranças, bem como ausência de benefícios, treinamentos e políticas internas que favoreçam o desenvolvimento dos funcionários” (REVISTA SUPERHIPER, nov. 2009, p. 73).

A alta rotatividade pode tornar-se um problema afetando a competitividade dos supermercados. Quando os trabalhadores passam a encarar a empresa como um lugar de passagem, sua dedicação é menor por não acreditarem que podem ter um futuro promissor na mesma. Esse dado faz com que as empresas se preocupem com a alta rotatividade e passem a investir mais em treinamento, benefícios e promoções.

Porém, existem benefícios para os supermercados com alta rotatividade. Esta última “injeta sangue novo” ao absorver novos funcionários que, inicialmente, estão dispostos a obter novas experiências. Além disso, ela também se configura em uma estratégia dos próprios supermercados para reduzir custos, já que os trabalhadores mais antigos recebem maiores salários em relação aos novos. Para o ano de 2009, a pesquisa do Dieese (2010), realizada na cidade de São Paulo, apontou que os trabalhadores do comércio supermercadista admitidos ganhavam em torno de R\$ 712,15 e os demitidos no mesmo ano em torno de R\$ 837,25.

A situação de precarização do trabalho observada nos baixos salários e nas altas taxas de rotatividade possui densidade e profundidade que se manifestam de diferentes maneiras no espaço social. Quando analisamos a dimensão de gênero e etnia em conjunto observam-se grandes desigualdades.

Em 2008, no comércio da Região Metropolitana de São Paulo, o rendimento médio real por hora das mulheres negras era de R\$ 3,28 e o das não negras de R\$ 4,69. Já o rendimento médio real por hora dos homens negros era de R\$ 3,92 e o dos não negros de R\$ 6,45 (DIEESE, 2009, p. 12).

No que tange somente ao gênero, o arranjo dos trabalhadores nos supermercados implica uma divisão sexual do trabalho tradicional. Os homens exercem tarefas consideradas mais pesadas como repositor, conferencista etc., e as mulheres tarefas mais leves como a operação de caixa, trabalhos na seção de perfumaria, bazar, etc. Os cargos de maior remuneração salarial e nível hierárquico, como o de gerência e encarregados de seção, são predominantemente masculinos (CAVALCANTI, 2011).

As mulheres empregadas no comércio supermercadista recebem menos que os homens. A remuneração média das mulheres admitidas na cidade de São Paulo em 2009 foi de R\$ 668,89 e dos homens de R\$ 750,15. Muito embora as mulheres, quando comparadas aos homens, recebam baixos salários, elas possuem um nível de escolaridade maior que o dos homens. Para o ano de 2009, na cidade de São Paulo, “cerca de 70% das mulheres tinham ensino médio completo frente a 55% dos homens” (DIEESE, 2010, p.15).

Em síntese o segmento supermercadista passa por um processo crescente de precarização do trabalho como apontou os depoimentos dos operadores de supermercado das lojas Comprebem e Pão de Açúcar. Tal situação também foi apontada pelos dados de pesquisa do DIEESE referente aos trabalhadores dos supermercados na cidade de São Paulo. Estes trabalhadores sofrem com as mudanças nas leis de funcionamento do comércio, com o processo de automação comercial e com os reduzidos salários que possuem diferenças marcantes quando abordados a partir de aspectos de gênero e etnia.

Considerações finais

O processo de crise econômica do final dos anos 1980 e anos 1990 foi caracterizado pela penetração das ideias neoliberais e pela crescente entrada do capital estrangeiro no segmento supermercadista. O aumento do número de falências e a concentração do capital supermercadista nas mãos de grupos estrangeiros representa esse momento que também foi marcado pela reestruturação comercial.

A crescente reestruturação comercial ganhou força a partir da segunda metade dos anos 1990 com a popularização do código de barras e o uso de recursos da internet para controle de estoques, troca de informações, entre outros. Essas transformações acompanharam as mudanças relativas ao funcionamento e organização do trabalho nos supermercados.

A abertura de supermercados aos domingos e feriados e o seu funcionamento 24 horas seguidas são indicativos desse processo de reestruturação comercial que teve como foco a redução de custos e o aumento de competitividade e produtividade.

Para os trabalhadores o impacto desse processo contribuiu para a redução do número de funcionários e a intensificação e precarização do trabalho. Observamos isso quando notamos uma redução do número de trabalhadores com a implementação e o uso do código de barras e quando constatamos, a partir dos depoimentos dos trabalhadores do GPA, que, com o trabalho no domingo e feriado, os trabalhadores ficaram sujeitos a situações de maior intensificação do trabalho. A falta de tempo para com a família, estudo e lazer é indicativo desse processo.

No que tange especificamente aos trabalhadores do comércio supermercadista de São Paulo esses problemas persistem. Nota-se que, embora cresça a contratação de trabalhadores com mais anos de escolaridade, detentores do ensino médio completo, o problema dos baixos salários e das diferenças salariais entre homens e mulheres, como observamos, é uma realidade.

Soma-se a esses fatores o aumento da exigência e disponibilidade do trabalhador a serviço da empresa. Isso ocorre de maneira sutil a partir de um discurso administrativo que intitula os funcionários de colaboradores e afirma que esses fazem parte da empresa e, portanto, devem estar à disposição da empresa. Com isso amplia-se a intensidade do trabalho, levando a uma redução do tempo necessário para a execução de tarefas sem que ocorra significativa contrapartida salarial para o empregado.

Referências bibliográficas

ABRAS. **Cinquenta Anos de Supermercados no Brasil**. Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS. São Paulo: Informe Comunicação, 2002.

ALMEIDA, João F; EID, Willian. **O supermercado nosso de cada dia**. APAS – Associação Paulista de Supermercados. São Paulo: Neovha Alemida, 2009.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.601, de 21 de Janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jan. 1998.

BRASIL. Lei nº 10.101, de 19 de Dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

CAVALCANTI, Herodes. **Automação comercial e intensificação do trabalho nos supermercados CompreBem e Pão de Açúcar na cidade de São Paulo** Dissertação (mestrado em geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 2011.

CARVALHO, Alexey. **A utilização da tecnologia da informação em supermercados: proposta de um modelo de maturidade**. Dissertação (mestrado em tecnologia). Centro Estadual de Educação Paula Souza, São Paulo, 2006.

DIEESE. **Balanco do segmento e perfil dos trabalhadores em supermercados**. São Paulo: Boletim DIEESE, jul. 2010.

_____. **Os negros no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo**. São Paulo: DIEESE, nov. 2009.

_____. **O perfil dos comerciários do município de São Paulo / Sindicato dos Comerciários de São Paulo**. São Paulo: DIEESE, 2007.

DINIZ, Valentin dos Santos. **Meu Pão com Açúcar**. São Paulo: Graph Box Caran, 1998.

FRANÇA JÚNIOR. Luzimar Barreto de. **Trabalho e reestruturação na rede Carrefour: uma análise crítica**. Dissertação (mestrado em ciências sociais). UNESP. Marília, 2010.

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR - GPA. **Relatórios Anuais de 1999 a 2010**. Disponível em: <<http://irgpa.grupopaodeacucar.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**: São Paulo: Loyola, 2008.

JORNAL VOZ COMERCIÁRIA. **Comerciários tiveram melhores salários com ganho real em 2010**. São Paulo, nº 90, mar. 2011.

OLIVEIRA, Rafael Lúcio Lopes de. **Os impactos da utilização do supply chain management no processo de trabalho e no emprego do setor de supermercados (1990-2004)**. (Mestrado em economia). UFPB. João Pessoa, 2006.

RATTO, Luiz; LANDI, Ana Cláudia. **O trabalho no supermercado: setores, funções e carreira profissional**. Rio de Janeiro: Senac, 2003.

REVISTA SUPERHIPER. **Caixas velozes e clientes satisfeitos**. São Paulo, nº 248, p. 140-144, set.1996.

_____. **Cresce o número de lojas equipadas com leitura óptica**. São Paulo, nº 276, p.74, ago.1998.

_____. **Pesquisa revela perfil dos recursos humanos**. São Paulo, nº 403, p. 72-77, nov. 2009.

_____. **Ranking Abras 2012**. São Paulo, nº 430, abr. 2012.

SANTOS, José Márcio dos Santos. **Os efeitos da reestruturação operacional sobre a qualidade do trabalho no setor supermercadista brasileiro (1994-2005)**. Dissertação (mestrado em economia). UFPB. João Pessoa, 2008.

SESSO FILHO, Umberto Antonio. **O setor supermercadista no Brasil nos anos 1990**. Tese (doutorado em economia aplicada). USP- ESALQ. Piracicaba, 2003.

SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO. **Convenções coletivas de trabalho de 2000 a 2011**. Disponível em: <http://www.comerciarior.org.br/convencao/concencao_inicio.html>. Acesso em: 23 Set.. 2012